FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ANEXO II

METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS AO CONTROLE DA REGULAÇÃO

ANEXO II – METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS AO CONTROLE DA REGULAÇÃO

Índice

I. INTRODUÇÃO 3
II. CONCEITOS ENVOLVIDOS 4
III. PRESSUPOSTOS 8
IV. MODELO DE ABORDAGEM UTILIZADO 9
V. MODELO DE LEVANTAMENTO UTILIZADO 12
5.1. PLANEJAMENTO 15
5.2. LEVANTAMENTOS NO ENTE 18
5.3. ANÁLISES E EMISSÃO DE RELATÓRIO CONCLUSIVO 21
APÊNDICE I 30

I. INTRODUÇÃO

Este documento consolida proposta de abordagem, desenvolvimento e obtenção de resultados para o Produto 4 previsto em nosso contrato, cujo escopo é: "*proporcionar um melhor conhecimento das atividades essenciais dos entes reguladores jurisdicionados à SEFID levando-se em conta critérios de materialidade, risco, relevância e outros necessários ao controle da regulação, com vistas ao seu aprimoramento. O produto a ser entregue consiste no levantamento dos macroprocessos organizacionais de cada um dos entes reguladores jurisdicionados à SEFID, conforme os itens 4.4.1 e 4.4.2 do Termo de Referência*". Basicamente entendemos que se espera em cada Ente:

a) identificar seus Macroprocessos e Processos que os compõe;

b) identificar, para cada Macroprocesso e seguindo uma visão sistêmica, os pontos de controle e de necessário monitoramento no Ente, segundo critérios de risco (probabilidade de ocorrência), materialidade e relevância;

c) identificar as informações disponíveis relativas à regulação, visando a sua melhor representação, a fim de possibilitar a realização de um efetivo acompanhamento e monitoramento do Ente;

d) identificação, nos sistemas e bancos de dados da entidade, onde estas informações podem ser obtidas de maneira automática e digital (intersecção com produto 5 – Mapeamento dos Sistemas Informatizados dos Entes Reguladores Jurisdicionados a SEFID).

II. CONCEITOS ENVOLVIDOS

MACROPROCESSO

Conjunto multidisciplinar de atividades que abrange toda a organização, geralmente com produtos/ resultados para o Cliente Final.

PROCESSO FINALÍSTICO

"Grupo de Atividades interligadas logicamente, que, a partir de uma entrada, fazem uso dos recursos da Organização, para gerar resultados definidos a um cliente interno ou externo, em apoio aos objetivos desta Organização (adicionam valor)". Processo finalístico é aquele ligado diretamente à adição de valor ao cliente externo.

SUBPROCESSOS

Conjunto de atividades realizado em área específica da organização, com resultados parciais que, apesar de objetivos, têm a necessidade de serem complementados por outros subprocessos para efetiva adição de valor ao cliente final.

OBJETOS DE CONTROLE

Os objetos de controle referem-se às atribuições essenciais do Ente e expectativas do mercado e consumidores, tais como: avaliação e manutenção de tarifas e valores, garantia de continuidade do serviço, garantia de acesso, manutenção da estabilidade do fornecimento, satisfação do consumidor/ cidadão, etc. Devem ser controlados, observados e acompanhados a fim de garantir monitoração dos resultados da organização. Integrando-se todos os

objetos de controle, ter-se-ia a garantia de controle sobre toda a organização e seus resultados amplos.

Em princípio serão propostos para os trabalhos, os seguintes objetos:

Modicidade Tarifária: as tarifas devem refletir um equilíbrio entre os custos de sua prestação, a remuneração adequada aos concessionários, e a capacidade de pagamento dos consumidores.

Qualidade: os serviços prestados devem obedecer a padrões de qualidade, de modo a assegurar a manutenção do bem-estar dos consumidores.

Continuidade: os serviços devem ser prestados com regularidade e uniformidade, de modo a evitar flutuações no nível de bem-estar dos consumidores associado à fruição dos serviços.

Expansão e universalização: a expansão da infra-estrutura necessária à prestação dos serviços deve ser tal que assegure a continuidade dos serviços no futuro, e possibilite a execução das políticas públicas previstas.

Atendimento comercial e cortesia: os consumidores devem ter assegurado canais de comunicação para solicitar novos serviços ou apresentar reclamações. As demandas dos consumidores devem ser efetivamente consideradas.

Eficiência: os recursos produtivos devem ser alocados de forma a extrair a maior qualidade na prestação dos serviços, ao menor custo possível.

Segurança: os serviços devem ser prestados segundo padrões de segurança tanto para os consumidores, quanto a funcionários e prestadores de serviço.

EVENTOS

Ocorrências discretas que ocorrem ou que podem vir a ocorrer, e causam impactos positivos ou negativos sobre o alcance de um objetivo estratégico.

"Eventos com impacto negativo representam riscos, que podem prejudicar a criação de valor ou destruí-lo".

RISCO

Para estruturação da metodologia de levantamento, adotaremos a abordagem da AICPA:

> AICPA – "A possibilidade de algo ocorrer que provocará impacto nos objetivos. É avaliado em termos de conseqüências e probabilidade"
>
> Outras possíveis definições, aqui colocadas somente para comparação de conceitos:
>
> NAO – "Algo que, se acontecer, poderá impactar o alcance dos objetivos que afetam a entrega dos serviços (governamentais) para o cidadão. Inclui riscos como oportunidade assim como uma ameaça"
>
> COSO – "Eventos podem causar impactos negativos, positivos ou ambos. Eventos com impacto negativo representam riscos, que podem prejudicar a criação de valor ou destruí-lo. Eventos com impacto positivo podem compensar impactos negativos ou representar oportunidades. Oportunidades são possibilidades de um evento ocorrer e afetar positivamente o alcance dos objetivos ou apoiar e preservar a criação de valor".

VARIÁVEL DE CONTROLE

Variável de controle é a medida ou indicador, facilmente identificável, que representa o estado de determinado objeto ou ente. Em sistemas administrativos (que é o nosso caso), variáveis de controle são as informações que indicam mais propriamente se o sistema ou processo cumprirá seu objetivo estratégico (objeto de controle) ou não. As variáveis de controle podem ser

discretas (cumpriu ou não a meta, por exemplo) ou contínua (índice de satisfação observada do usuário final de 86%, por exemplo).

III. PRESSUPOSTOS

Pressupõe-se, para o desenvolvimento das atividades, a alocação de recursos humanos pelo Ente a fim de promover uma real integração para o desenvolvimento das atividades conjuntas com a equipe da consultoria e do Tribunal de Contas da União. Esse grupo, para melhor contribuição e redução do tempo de envolvimento, deve ser segmentado da seguinte forma:

Coordenador-facilitador:

Profissional que será o facilitador da realização dos levantamentos, coordenando a marcação e realização de encontros e reuniões, garantindo a presença dos profissionais mais indicados para a condução dos trabalhos, servindo de Interface para o acompanhamento do projeto e equalização dos conhecimentos e critérios entre as equipes participantes. Deverá ser profissional com conhecimento profundo sobre os objetivos e recursos do ente, sendo reconhecido e respeitado pelos seus pares.

Comitê Técnico:

Representantes das principais áreas finalísticas do Ente, com envolvimento esperado de cerca de 5 a 7 profissionais.
Este grupo acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos sob os aspectos de qualidade das conclusões, relevância dos resultados, adequação, quantidade e qualificação dos eventos de identificados.
Atuará de maneira participativa na adaptação dos conceitos e métodos ao caso específico do Ente bem como deverá promover a indicação de colaboradores para o apoio à execução dos vários levantamentos a serem realizados.
A validação final dos trabalhos no Ente é efetuada pelo comitê, ou seja, é a instância definitiva para validar e/ou alterar a lista de eventos com as suas respectivas notas de avaliação, visando proporcionar a situação real do Ente, com a menor distorção possível.

Equipe Técnica dos Macroprocessos:

Equipe designada para cada Macroprocesso, conhecedora de suas atividades e características e incumbida de analisar e propor quais são os eventos de risco relacionados a cada processo ou, caso necessário, do subprocesso para cada objeto de controle selecionado, opinando, também, sobre sua qualificação.

IV. MODELO DE ABORDAGEM UTILIZADO

O modelo genérico de avaliação de risco adotado para acesso e caracterização das informações de controle segue o padrão COSO2 de componentes da Estrutura de Gestão do Risco para uma organização[1]. Este modelo determina parâmetros, critérios e padrões de operação e gestão necessários a atingir para que uma organização efetivamente possa garantir a gestão de riscos a que está sujeita, sob os aspectos estratégicos, operacionais, de fornecimento de informações e de conformidade em relação às atividades:

1. **Ambiente interno** – verificação da filosofia de risco, cultura e valores da organização para tratá-los. Para este manual, a filosofia de tratamento de risco estabelecida foi a da garantia de cumprimento, por parte do Ente, dos seus propósitos básicos estabelecidos pela Constituição, por marcos regulatórios, leis, portarias, normas, etc além daqueles requisitos eventualmente relacionados em levantamentos ou averiguações anteriormente conduzidas pelo TCU. Os propósitos básicos foram agrupados em Macroprocessos essenciais finalísticos e processos que os integram.

1 para análise do modelo e montagem desta estrutura proposta consultamos LIOTTO, Ari Marcelo – "Gerenciamento de Risco – A Aderência de Metodologia do TCU à Metodologia COSO" – Monografia apresentada para Especialização em Controle Externo – TCU – 2004.

2. **Estabelecimento de Objetivos** – proposta clara e objetiva da missão e dos objetivos estratégicos a atingir. Para este manual identificamos os objetivos e estratégias segundo objetos de controle previamente estabelecidos, dedutíveis da Constituição, dos marcos regulatórios, leis, portarias, normas, etc além daqueles requisitos função de experiência prévia adquirida a partir dos levantamentos ou averiguações anteriormente conduzidas pelo TCU.

3. **Identificação de Eventos** – identificação das possíveis ocorrências ou incidentes, provenientes de fontes internas ou externas, que podem afetar a implementação da estratégia ou alcance dos objetivos estratégicos. Utilizaremos, para esta identificação, as técnicas de:

   a. inventário de eventos, composto a partir de listas de verificação previamente sugeridas;

   b. análise interna, a partir de informações sobre o Ente, obtidas antes da visita;

   c. entrevistas individuais e em grupos facilitadores. Constitui a principal fonte de informações já que congrega os técnicos e especialistas conhecedores dos processos e sistemas;

   d. dados históricos de eventos e perdas anteriores e

   Para a identificação de eventos, deve-se responder a seguinte pergunta básica:

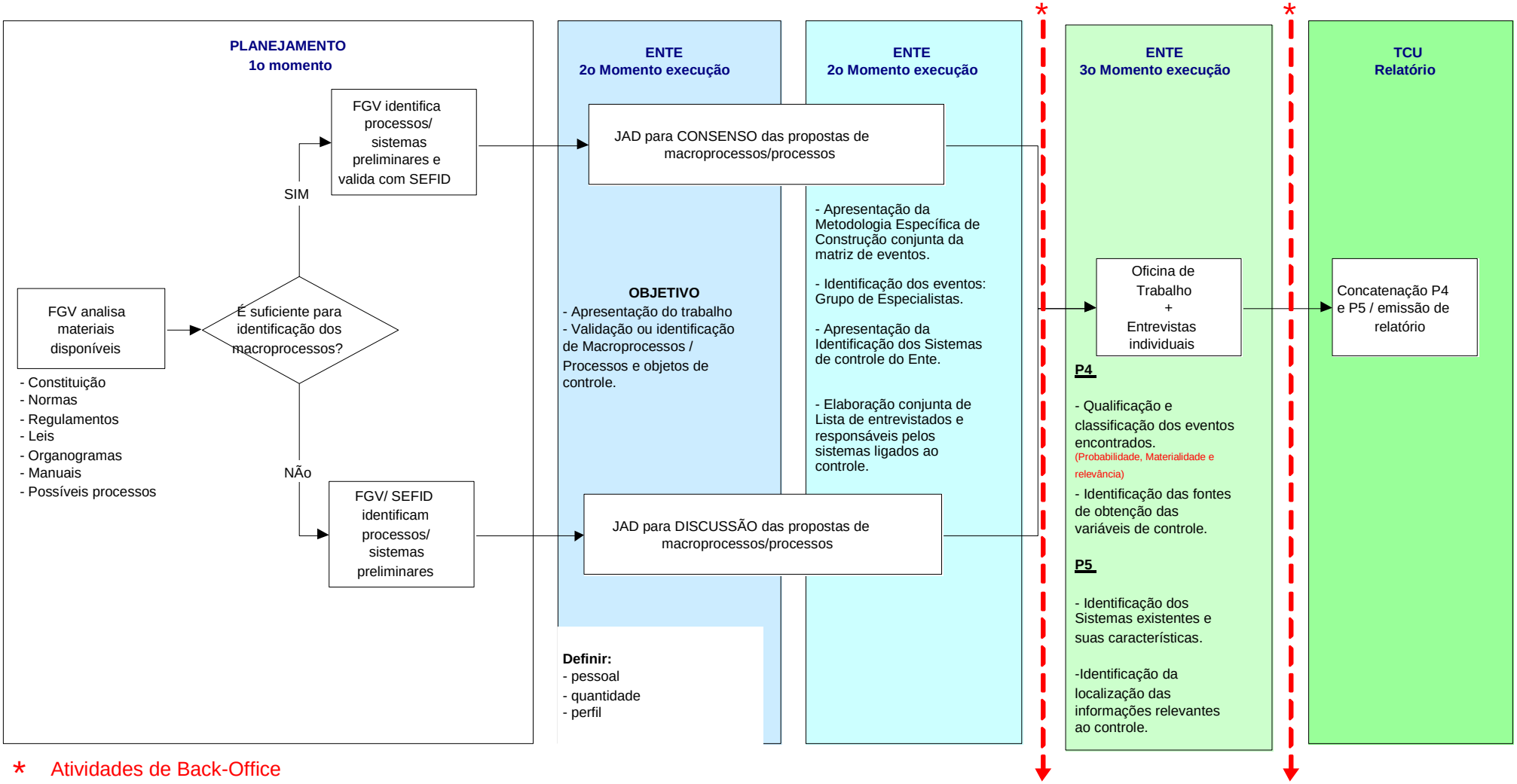
   "Na execução das atividades deste Macroprocesso/ Processo, quais têm sido (podem vir a acontecer) os principais eventos que impactam negativamente os objetivos estratégicos do Ente, sob a ótica de: Modicidade Tarifária, Qualidade, Continuidade, Expansão e Universalização, Atendimento Comercial e Cortesia, Eficiência e Segurança."

Além disso, cabe ressaltar que para a elaboração deste trabalho, os eventos relacionados a: pessoal e orçamento, terão um tratamento diferenciado, por se tratar de situações que podem ocorrer, são exógenos a gestão do Ente e, serem limitadores para atingir os objetivos com eficácia. Para tanto, serão mapeadas as atividades de maior expressividade que são impactadas por problemas de pessoal e orçamento.

4. **Avaliação do risco** –cada evento com possíveis conseqüências negativas, deverá ser avaliado sob os aspectos de: probabilidade de ocorrência, materialidade e relevância, calculando-se uma avaliação ponderada de impacto obtida pelo produto das avaliações quantitativas para cada um dos itens. Deverão ser levantados eventos **Estratégicos** (referentes à governança, objetivos estratégicos da organização, modelo de negócio, forças externas, marco regulatório e demais itens associados); **Operacionais** (referentes aos riscos de processos de negócio, cadeia de valor do negócio, financeiros e de operação em geral); **de Informação** (tecnologia de informática, divulgação de informes financeiros, propriedade intelectual, reputação, etc) e **de Conformidade** (com Regulação, Meio Ambiente, Legal, Contratual, etc). Os critérios para avaliação são explicados a seguir e foram obtidos a partir de adaptação dos critérios já utilizados pela SEFID (“Técnicas de Análise SWOT e de Avaliação de Risco” - 2002, “Modelo de Matriz de Risco” e “Orientações para aplicar Matriz de Risco”) e da CIPFA: “Risk Management Guidance Notes – number One: Risk Models” – 2004, IPF.

V. MODELO DE LEVANTAMENTO UTILIZADO

O produto final a ser obtido, conforme já especificado no item I – Introdução, será desenvolvido em três grandes etapas conforme quadro a seguir:



* Atividades de Back-Office

5.1. Planejamento

É a etapa dedicada ao conhecimento e análise do Ente, de seus *stakeholders* e de seu mercado, antes da ida ao Ente, e tem por objetivo conhecer suas condições de atuação e operação bem como as características do ambiente no qual opera. Pressupõe identificação preliminar dos objetos de controle e da própria estratégia de controle do TCU aplicável ao Ente em questão, compondo-se das atividades:

1. *obtenção das atuais informações disponíveis sobre o Ente*, em particular: auditorias, instruções, análises e demais trabalhos anteriormente efetuados relacionados ao órgão; material disponível em site da Internet; legislação, marco regulatório, normas, leis e demais documentos oficiais relativos à atividade do Ente; eventuais publicações e outras informações disponíveis na imprensa e outros órgãos; informações de mercado, de reclamações, pleitos e índices de satisfação do consumidor em relação ao serviço prestado.
2. *análise da documentação obtida em 1.* pelo analista especializado no Ente, Diretor diretamente envolvido e equipe FGV, visando entender o escopo amplo de atuação do Ente e estabelecer bases para as propostas de Macroprocessos, objetos de controle e políticas de risco relativas ao Ente/ Setor.
3. *Identificação dos Processos e Macroprocessos Finalísticos* obtidos a partir do exame e análise de organogramas, manual da organização, normas e procedimentos operacionais, leis e regulamentação sobre a operação, formas e padrões utilizados, trabalhos realizados anteriormente. Os macroprocessos e processos finalísticos deverão ser identificados e, eventualmente, reagrupados para sua avaliação atender mais especificamente aos objetivos de controle e regulação.
4. *Identificação preliminar de Sistemas Informatizados e padrões tecnológicos adotados:* pesquisa *na web a fim de identificar padrões estratégicos adotados para o desenvolvimento e aquisição de sistemas internos, bem como iniciar a identificação dos sistemas já existentes em cada Ente regulador.*

5. *preparação dos papéis de trabalho para ida ao Ente:*

   a. Lista proposta de entrevistados do Ente;

   b. Apresentações em *.ppt para as situações:

      i. Apresentação preliminar ao Ente (diretoria), esclarecendo objetivos e escopo dos levantamentos, seqüência sugerida para os trabalhos e atividades, cronograma proposto de desenvolvimento conjunto dos trabalhos e necessidades sobre a participação dos vários profissionais, propondo agenda de ida ao Ente e de realização das reuniões (agenda);

      ii. Apresentação para início das atividades de levantamento no Ente, com identificação dos profissionais que participarão dos trabalhos, tanto por parte do TCU quanto do Ente. Esclarecimento e debate sobre conceitos e critérios de desenvolvimento dos levantamentos e consolidação final da agenda de atividades.

      iii. Reunião (JAD) com dirigentes (Diretoria e responsáveis por cada Macroprocesso), para consolidação dos Macroprocessos, processos e objetos de controle a serem utilizados para listagem e análise dos eventos de risco. Neste momento, deverão ser indicados quais objetos de controle que são influenciados diretamente por cada processo / subporcesso.

      iv. Reuniões (JAD) com gerentes e pessoal técnico diretamente envolvido em cada Macroprocesso para identificação e qualificação dos eventos referentes a cada objeto de controle considerado. Deverão ser analisados: 1. quais os possíveis eventos (negativos e positivos, externos e internos) ligados ao Processo/ Macroprocesso; 2. quais os riscos associados a cada evento negativo, com avaliações de probabilidade e impacto de cada um, inclusive em relação à imagem do órgão/ Governo; 3. histórico e propensão de ocorrências ligadas ao Macroprocesso e

eventos negativos; 4. como são tratados os eventos com riscos negativos; 5. quais os pontos de controle e impactados; 6. eventuais observações e/ou contribuições que o entrevistado julgue aplicáveis e oportunas. Serão, também, produzidas "fichas" com os conceitos e critérios para fornecimento e análise das informações pertinentes aos eventos associados a cada macroprocesso/ processo, contendo critérios e indicações para caracterização dos eventos e para sua qualificação em termos de probabilidade de ocorrência, materialidade e relevância.

c. Matriz de Eventos, a ser preenchida durante análise (etapa 3); a FGV e a SEFID elaborarão proposta de objetos de controle, a ser apresentada e validada pelos dirigentes do Ente na 2ª reunião: *(para definições de campos e conteúdos, vide descrição a seguir*)

Macroprocesso / processos	**Objeto de controle 1**	**Objeto de controle 2**	**Objeto de controle 3**	**Objeto de controle 4**
	Evento 1			
		Evento 2		
	Evento 3			Evento 4

d. Matriz de Análise de Probabilidade, Materialidade e Relevância para os Eventos com riscos negativos, a ser preenchida durante análise (etapa 3): *(vide definições de campos e conteúdos a seguir*)

Evento	Probabilidade	Materialidade	Relevância	Impacto Global
				= P x M x R

e. Matriz de objetos e variáveis de controle, a ser preenchida na finalização (etapa 4): (vide definições de campos e conteúdos na etapa 4)

Evento	Objeto de Controle	Informação analisada	Onde ela pode ser obtida (sistemas)

Estará a cargo da SEFID a condução das providências e documentação de autorização para ida ao Ente, notadamente a emissão da portaria e a mobilização da equipe interna. Estas providências obedecerão ao cronograma seguinte e suas revisões:

5.2. Levantamentos no Ente

O segundo momento tem por objetivo validar junto ao corpo diretivo do Ente as propostas de Macroprocessos e Processos, identificando os objetos de controle associados a cada um deles.

Compõe-se das seguintes atividades:

5.2.1. *1ª ida ao Ente e reunião de apresentação dos trabalhos:* apresentação do trabalho e da equipe à diretoria e gestores do Ente; proposta de agenda de trabalho e das necessidades e requisitos para executá-lo; planejamento para estruturação de espaço e local de trabalho; (nota: esta primeira reunião deverá realizar-se cerca de 20 dias antes do início planejado dos trabalhos).

5.2.2. *Reunião de partida:* reunião de partida dos trabalhos de levantamento, com a cúpula diretiva do Ente e demais envolvidos nos futuros esforços de levantamento; consolidação da agenda e caracterização dos participantes e colaboradores internos a serem alocados às atividades conjuntas.

5.2.3. *Oficina de Trabalho (JAD)* conjunta entre dirigentes do Ente (Comitê Técnico), FGV e analista(s) especialista(s) do TCU-SEFID para validação e/ou ajustes dos macroprocessos e processos, com identificação dos objetos de controle específicos para o Ente. Estes objetos de controle serão caracterizados a partir das atribuições do Ente, dos marcos regulatórios, de eventual contrato de gestão e das demandas identificadas da Sociedade (exemplo: tarifas/valor, descontinuidade dos serviços, acesso, estabilidade e qualidade dos serviços prestados, etc) e deverão obedecer à estrutura geral para eles estabelecida a priori.

5.2.4. *Realização de Oficinas JAD para identificação e qualificação dos eventos*, junto às equipes técnicas de cada Macroprocesso finalístico identificado e consolidado, para investigação dos possíveis eventos negativos, estimativas de suas probabilidades de ocorrência, da materialidade e da relevância para cada evento e objeto de controle. O modelo de formulário de entrevista encontra-se no Apêndice deste relatório.

5.2.5. *Realização de entrevistas para mapeamento dos sistemas informatizados.* Nesta etapa serão realizadas entrevistas individuais com o Diretor da área de Tecnologia de Informação para identificação ampla dos sistemas existentes no Ente, técnicos da área de tecnologia de informação a fim de especificar a características técnicas de cada sistema levantado e Analistas das demais superintendências para identificação de eventuais dados dispersos nas áreas. Os sistemas existentes serão registrados de acordo com as tipologias e requisitos apresentados nos papéis de trabalho aqui dispostos no Apêndice 1.

5.2.6. Passos até a conclusão do primeiro levantamento*:* O levantamento e avaliação de eventos ainda não estão concluídos, dependendo-se, ainda, da análise integrada deles para chegar-se a uma matriz definitiva.

Teremos ainda, no mínimo, 2 reuniões: a 1ª para identificar os eventos de maior probabilidade de ocorrência, materialidade e relevância na sua forma definitiva e sistêmica e a 2ª, para apresentar para o Comitê Técnico o resultado do trabalho.

1ª reunião: avaliação sistêmica de eventos e riscos associados.

Deverá ser conduzida em 2 etapas:

1. apresentação de análise parcial dos resultados com o propósito de facilitar e apoiar as decisões da 2ª etapa;

2. oficina JAD para conclusão sobre eventos relevantes e sua avaliação.

2ª reunião: apresentação dos resultados e conclusões

1. apresentação da matriz de análise de risco (risco avaliado para cada cruzamento de macroprocessos/ processos com os objetos de controle)

2. apresentação dos eventos mais impactantes (aproximadamente 20% deles)

3. macroprocessos de maior risco e risco associado a cada um deles.

4. tipos de risco mais relevantes

5. informações a observar e sistemas que as contém.

5.2.7. *Análise, pela FGV e SEFID, dos objetos de controle a serem considerados* e dos eventos relacionados a cada objeto, utilizando-se o modelo COSO2[2] adaptado. A partir das informações coletadas e consolidadas na oficina de trabalho e entrevistas especificadas no item 3, a FGV e equipe da SEFID elaborará a Matriz de Eventos, identificando os possíveis eventos e riscos de acordo com as categorias estabelecidas pelo modelo COSO2[2]:

5.3. Análises e emissão de relatório conclusivo

No terceiro momento, tendo a lista completa e extensa de eventos negativos possíveis para todos os Macroprocessos finalísticos e seus objetos de controle, proceder-se-á à qualificação dos eventos, bem como a identificação dos Pontos de Controle para cada um, priorizando-os segundo critérios de probabilidade de ocorrência, materialidade e relevância. O modelo de avaliação dos riscos baseia-se nos critérios do comitê CIPFA do *Institute of Public Finance*.[3]

Cada evento negativo (risco identificado) será avaliado individualmente, segundo composição dos fatores: Probabilidade, Materialidade e Relevância, com atribuição de "notas" na escala de 1 a 5, de acordo com os critérios:

2 vide BALLOU, Brian e HEITGER, Dan L. – "*A Building –Block Approach for Implementing COSO's Enterprise Risk Management" – Management Accounting Quarterly – Winter 2005.*

3 *vide "Risk Management Guidance Notes – number One: Risk Mod*els" – IPF, 2004.

Probabilidade de Ocorrência:

O critério de atribuição da nota para cada evento é subjetivo e baseado na experiência dos dirigentes do Ente, da equipe especializada na SEFID e da FGV. Os padrões obedecem aos critérios da CIPFA (op. cit.), ou seja:

1. **Pouco provável ou praticamente inexistente**. Pouca evidência de que possa ocorrer.

2. **Pequena probabilidade de ocorrência.** O evento poderá ocorrer no máximo 1 vez nos próximos 5 anos.

3. **Ocorrência possível, dentro de probabilidade média**. O evento deverá ocorrer nos próximos 1 a 5 anos.

4. **Ocorrência provável, com incidência alta**. O evento ocorrerá nos próximos 12 meses.

5. **Ocorrência bastante provável ou praticamente certa**. O evento ocorrerá mais de uma vez nos próximos 12 meses.

Materialidade:

Refere-se ao valor absoluto e relativo dos recursos envolvidos, gerenciados ou sob influência interna ou externa (mercado) do objeto de controle.

Segundo estimativas do *Health and Safety Executive* – 1993[4], o "efeito iceberg" constata que, para cada unidade monetária identificada como conseqüência de um evento negativo, um valor maior (de 8 a 56 vezes) é comprometido:

4 vide MILLS, Anthony: *"A systematic approach to risk management for construction" – Structural Survey vol.* 19, n.5 2001, pp. 245-252 – MCB *University Press*.

Dessa maneira, na avaliação da materialidade, necessitamos levar em conta os demais efeitos sobre mercado e volume do negócio regulado pelo Ente. Entende-se por volume de negócios regulado pelo Ente o valor do total do mercado em questão, i.e., como se fosse o "PIB" do setor regulado. A partir de entrevistas com os gestores, do parecer do analista especialista SEFID e da FGV, a avaliação da materialidade poderá ser:

1. **Baixíssima**: recursos envolvidos não representativos ou menores que 1% do volume de negócios regulados pelo Ente.

2. **Baixa**: baixo volume de recursos envolvidos ou entre 1 e 2% do volume de negócios regulados pelo Ente.

3. **Média**: níveis apreciáveis de recursos envolvidos, sem, contudo poder vir a comprometer o desempenho do Ente ou ação correlacionada. Recursos envolvidos entre 2 e 5 % do volume de negócios regulados pelo Ente.

4. **Alta**: altos níveis de recursos envolvidos, podendo comprometer o cumprimento de orçamentos e previsões de despesas do setor da economia. Recursos envolvidos entre 5 e 10 % do volume de negócios regulados pelo Ente.

5. **Altíssima**: de importância crítica: recursos envolvidos acima de 10 % do volume de negócios regulados pelo Ente.

Relevância

Avalia o grau de importância do tema para o Ente bem como do impacto da possível ocorrência para a operação e imagem do Ente e do próprio Governo. A relevância é a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus destinatários ou a apuração de resultados da atuação de determinado Ente. Neste item consideraremos a natureza ou as características do risco identificado na medida que possa tornar-se assunto relevante para a atuação do Ente ou para a garantia da prestação do serviço sob sua responsabilidade.

A relevância será analisada sob os aspectos de possibilidade de descontinuidade das operações finalísticas, do impacto na imagem do órgão e do governo, na eventual ameaça à segurança ambiental ou de interessados e na governabilidade do órgão.

Do mesmo modo da Materialidade, a partir de entrevistas com os gestores, do parecer do analista especialista SEFID e da FGV, a Relevância será avaliada segundo os níveis:

1. **Tema irrelevante ou de nenhuma importância** para a operação, governabilidade, segurança e imagem política e social do Ente/Governo.

2. **Tema de pouca relevância** para a operação, governabilidade, segurança, obtenção de resultados e imagem política e social do Ente/Governo.

3. **Tema de relevância** para a operação, governabilidade, segurança, obtenção de resultados e imagem política e social do Ente/Governo.

4. **Tema de bastante relevância** para a operação, governabilidade, segurança, obtenção de resultados e imagem política e social do Ente/Governo.

5. **Tema crítico de extrema relevância** para a operação, governabilidade, segurança, obtenção de resultados e imagem política e social do Ente/Governo, diretamente ligado ao desempenho de suas funções essenciais.

Priorização e Hierarquização dos Pontos de Controle para cada tipo de Risco:

A importância final de cada tipo de risco, para cada objeto de controle, será obtida composição ponderada das avaliações de probabilidade de ocorrência X materialidade X relevância, segundo pesos e critérios mais adequados segundo decisão do Comitê Técnico do Ente, da Diretoria do TCU-Sefid e da FGV, de maneira a representar o melhor possível a consolidação das ameaças e riscos aos quais o Ente está sujeito.

Para aqueles itens de maior prioridade (maior valor da importância final) serão buscados, nos sistemas, as variáveis de controle e as informações a elas associadas.

Para melhor visualização, consultar planilhas-exemplo a seguir:

1. **Matriz de identificação de eventos negativos** – matriz utilizada nas oficinas de trabalho de identificação de eventos. Deve ser utilizada para o referenciamento dos eventos, quanto aos processos e objetos de controle pertencentes.
2. **Matriz de qualificação de eventos negativos** – matriz utilizada concomitantemente com a matriz de identificação de eventos. Os eventos são referenciados na matriz anterior e registrados na matriz de qualificação.
3. **Matriz de classificação de eventos negativos** – matriz utilizada para a consolidação do processo de qualificação dos eventos. A matriz permite

a classificação dos eventos, bem como o registro dos dados controlados no processo ao qual o evento foi atribuído.

Matriz de identificação de eventos negativos

ENTE REGULADOR		OBJETOS DE CONTROLE						
MACROPROCESSO	**PROCESSO**	**Modicidade Tarifária**	**Qualidade**	**Continuidade**	**Expansão e Universalização**	**Atendimento Comercial e Cortesia**	**Eficiência**	**Segurança**
Fiscalização Técnica								
Fiscalização Econômico-financeira								
Regulação Técnica								
Regulação Econômico-financeira								
Outorga								
Relação com a Sociedade								

Matriz de qualificação de eventos negativos

Nome:	Área:			Data:
Macro/Processo:	**Probabilidade**	**Materialidade**	**Relevância**	**Objeto de controle**
EVENTOS				
1.				
2.				
3.				
4.				
...				
10.				

Matriz de classificação de eventos negativos

EVENTO	Probabilidade	Materialidade	Relevância	Impacto Global = P x M x R	Rank	Processo	Objeto de controle	Informação analisada	Onde ela pode ser obtida (sistemas)
1.									
2.									
3.									
4.									
5.									
6....									
N.									

APÊNDICE I

TIPOS DE SISTEMAS EXISTENTES – quadro 1				
	Administrativos	**Gerenciais**	**Regulação**	**Serviços**
WEB	Nome do sistema			
REDE DE ARMAZENAMENTO				
DISCO LOCAL – CPU USUÁRIO				

Exemplo de sistemas:

ADMINISTRATIVOS: Sistema de Administração Financeira e Recursos Humanos

GERENCIAIS: Sistemas que forneçam informações para tomadas de decisões.

REGULAÇÃO: Sistemas relativos aos processos de regulação e suas fiscalizações

SERVIÇOS: Sistemas que prestam serviços aos diversos públicos interessados; exemplo: sistema de emissão de boletos para pagamento do FUS.

SISTEMAS e ESPECIFICAÇÕES – quadro 1.1										
Nome do Sistema	Especificações dos Sistemas Atuais			Padrões Adotados		Interface outros órgãos / sistemas				Responsável
	Sistema Operacional	Banco de Dados	Arquitetura	Linguagem de Modelagem	Linguagem do Sistema	Sim/ Não	Qual órgão/ sistema	Dados Transitados	Módulo Sistema	
Quadro 1										

SISTEMA OPERACIONAL: Identifica em qual plataforma está a aplicação do sistema.

BANCO DE DADOS: Identifica em qual Banco de Dados estão as Informações.

SERVIDOR DE APLICAÇÃO: Identifica em qual Servidor de Aplicação está o sistema, caso este seja para Inter-Intranet.

LINGUAGEM DE MODELAGEM DOS DADOS: Identifica em qual linguagem foram modelados os Dados.

LINGUAGEM DO SISTEMA: Identifica em qual linguagem foi feito o desenvolvimento do sistema.

POSSUI INTERFACE COM OUTROS ÓRGÃOS? : Identifica se há troca de informações junto a outros órgãos e se ela existir, representa quais dados são transitados.

É MÓDULO DE UM OUTRO SISTEMA? : Identifica ao qual o módulo o sistema se integra.

RESPONSÁVEL: Identifica a pessoa/ área responsável pelo sistema.

Informação *versus* Processo – quadro 2						
Macroprocesso	Processo	Informação Analisada	Tipos de dados disponíveis	Quem alimenta	Quem Utiliza	Sistema

MACROPROCESSO: identifica o Macroprocesso onde estão as informações relevantes.

PROCESSO: identifica o Processo onde estão as informações relevantes.

INFORMAÇÃO ANALISADA: Identifica quais informações são analisadas naquele processo.

TIPOS DE DADOS DISPONÍVEIS: Identifica quais dados são analisados para regulamentação de determinado objeto de controle.

QUEM ALIMENTA: Identifica quem insere os dados no sistema.

QUEM UTILIZA: identifica quem utiliza as informações.

SISTEMA: Identifica em qual sistema está a informação (de acordo com quadro 1).